

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| NOTA PRÉVIA | 5 |
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 9 |
| SIGLAS E ABREVIATURAS | 11 |
| I PARTE – O PRINCÍPIO «IN DUBIO PRO REO» | 13 |
| 1. Introdução | 13 |
| 2. A dúvida no processo como momento indispensável para a compreensão do princípio | 15 |
| 2.1. Dúvida e juízo sobre os factos | 16 |
| 2.2. A especificidade do processo criminal projectada no tratamento da dúvida | 20 |
| 2.3. A impossibilidade de permanecer na dúvida (ou a obrigatoriedade da decisão) | 24 |
| 3. Incursão na história processual penal, à luz do problema da dúvida (retalhos da evolução da prova) | 28 |
| 3.1. A certeza procurada no juízo divino | 29 |
| 3.2. A dúvida admitida na própria noção de prova: a época retórica | 31 |
| 3.3. A certeza pré-fixada em concretíssimas orientações do legislador: a prova legal | 35 |
| 3.4. A certeza arrancada ao próprio arguido: o recurso à tortura para obter a confissão («probatio probatissima») | 38 |

| | |
|---|----|
| 3.5. O dogma da íntima convicção e o envio da dúvida para o foro interno do julgador | 41 |
| 3.6. O princípio da presunção de inocência, proclamado em 1789 | 44 |
| 3.7. A busca de uma certeza objectiva e «científica»: a prova livre | 47 |
| 4. Possíveis soluções para o problema da dúvida: três vias substanciais e uma opção metodológica determinante | 49 |
| 4.1. O recurso à repartição do ónus da prova, característico do processo civil | 49 |
| 4.2. «In dubio pro societate» | 52 |
| 4.3. «In dubio pro reo» | 53 |
| 4.4. A prova legal como método que ficciona a certeza | 55 |
| 5. Prova livre e definição suficiente da «dubio» | 56 |
| 5.1. O princípio «in dubio pro reo» como limite normativo do princípio da livre apreciação da prova | 57 |
| 5.2. A insuficiência do princípio da prova livre para a decisão dos casos duvidosos | 59 |
| 6. O fundamento do «pro reo» | 60 |
| 6.1. «Pro reo» porque existe um princípio da investigação? | 60 |
| 6.2. «Pro reo» por intervenção de um princípio estritamente ético? | 63 |
| 6.3. «Pro reo» por força do princípio político-constitucional da presunção de inocência? Por «transposição» para o processo do princípio da culpa? | 66 |
| 6.4. «Pro reo»: uma questão de legitimidade da intervenção penal do Estado | 69 |
| 7. Consequências da posição tomada para o âmbito do princípio | 71 |
| 7.1. A restrição do «in dubio pro reo» ao domínio da apreciação da prova | 72 |
| a) A dúvida de direito tem outros critérios de resolução | 72 |
| b) «In dubio pro libertate»? | 74 |
| c) O problema da chamada «comprovação alternativa» | 75 |
| 7.2. Consideração descritiva do âmbito de incidência do princípio «in dubio pro reo» | 77 |
| 7.3. Implicação as restrições (ou excepções) ao princípio da prova livre uma restrição (ou excepção) à aplicação do «in dubio pro reo»? O problema concreto da prova pericial | 82 |
| 8. A efectividade do princípio e a sua (eventual) consagração constitucional | 84 |

| | |
|--|-----|
| II PARTE – A PROVA DA PERIGOSIDADE | 87 |
| 1. Introdução | 87 |
| 2. A vertente normativa e a vertente fáctica da dúvida sobre a perigosidade criminal | 89 |
| 3. Modelos de perigosidade e funcionamento do princípio «in dubio pro reo » | 92 |
| 3.1. O juízo de perigosidade visto como um absurdo | 92 |
| 3.2. A concepção sintomatológica do crime | 93 |
| 3.3. A perigosidade entendida como probabilidade de voltar a cometer factos ilícitos criminalmente típicos e o problema dos juízos de prognose | 96 |
| 4. A questão da prova da probabilidade. O método | 99 |
| 4.1. Alcance e limitações do método estatístico | 100 |
| 4.2. O auxílio da perícia. A chamada prognose clínica | 105 |
| 4.3. A tentação da prova legal ou a perigosidade presumida | 110 |
| 5. A questão da prova da probabilidade. A definição da dúvida razoável e algumas orientações possíveis para a decisão | 113 |
| 5.1. A doutrina tradicional. A tese de Stree e a fórmula alternativa de Bruns | 114 |
| 5.2. A transposição do problema para a interpretação ou teleologia da norma | 117 |
| 5.3. A tese de Frisch | 121 |
| 5.4. Base de facto da prognose e juízo prognóstico propriamente dito – separabilidade ou inseparabilidade | 123 |
| 6. O facto como prova da perigosidade | 127 |
| 6.1. Da perigosidade-probabilidade à perigosidade como potencialidade já provada de cometimento de factos criminalmente ilícitos (ou: juízo de culpa e juízo de perigosidade – uma diversidade com ressonância probatória) | 127 |
| 6.2. Certeza e prova retrospectiva | 131 |
| 6.3. O juízo de inimputabilidade relacional como um juízo de dupla concludência | 132 |
| 6.4. Limites objectivos e limites normativos da perigosidade | 134 |
| 6.5. Os limites normativos segundo o art. 91º nº 1 do CP | 139 |
| 7. Rápido confronto da perspectiva exposta com algumas outras, no que respeita às relações facto/perigosidade | 145 |

| | |
|---|---------|
| 7.1. A tese do facto irrelevante ou o princípio da «sola periculositas» | 145 |
| 7.2. A tese do «Anlaßtat» ou do facto como mero ensejo para a apreciação da perigosidade | 147 |
| 7.3. A tese de Exner | 148 |
| 7.4. A tese de Frisch (uma vez mais) | 150 |
| 7.5. A tese do facto e da perigosidade como co-fundamentos da aplicação de uma medida de segurança (O problema da «excessiva» autonomia do facto) | 152 |
| a) Uma perigosidade provada sem se servir do facto | 153 |
| b) Um facto cujo significado ultrapassa o próprio limite da perigosidade. O problema do nº 2 do art. 91º do Código Penal | 154 |
| 8. A (in)aplicabilidade do princípio «in dubio pro reo» aos vários passos do juízo de perigosidade | 158 |
| 8.1. «Pro reo» na prova do facto | 158 |
| 8.2. «Pro reo» e (in)imputabilidade. O tratamento da dúvida sobre a anomalia psíquica do arguido | 159 |
| 8.3. «Pro reo» e (in)imputabilidade. O tratamento da dúvida sobre a relação doença/facto | 164 |
| 8.4. «Pro reo» na verificação dos «limites objectivos» da perigosidade? | 169 |
| 8.5. «Pro reo» e «limites normativos» da perigosidade | 169 |
| 8.6. «Pro reo» na apreciação da perigosidade em fase posterior ao julgamento? | 170 |
| 8.7. A legitimidade de exercício do «ius puniendi» no domínio da reacção à perigosidade | 172 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 175 |
| I. Sobre o princípio «in dubio pro reo» | 176 |
| II. Sobre a prova da perigosidade | 177 |
| III. Sobre a (in)aplicabilidade do «pro reo» à prova da perigosidade | 178 |
| BIBLIOGRAFIA | 179 |